

**O IMAGINÁRIO DIVINO E O AMOR DA PÁTRIA:  
tensões entre a igreja e a instrução pública nas províncias amazônicas**

**TENSION BETWEEN THE CATHOLIC CHURCH AND PUBLIC EDUCATION IN  
THE AMAZON-BASIN STATES**

**Irma Rizzini**

Professora adjunta da Faculdade de Educação da UFRJ

<mailto:irma.rizzini@csp.org.br>

**RESUMO**

O presente artigo retrata as relações entre a Instrução Pública, regulamentada e executada pelos poderes públicos da Amazônia, e a Igreja Católica local, representada pela Diocese do Pará e do Amazonas, através do Bispo D. Antonio Macedo Costa e de seus aliados. O estudo mostra que, sob o regime do padroado, existiam importantes vínculos entre os projetos educacionais dos governos e os da Igreja, resultando em intensas disputas entre alguns de seus representantes, polarizados entre liberais e conservadores.

Palavras-chave: Pará; Amazonas; Instrução pública; Igreja Católica; Bispo D. Antonio Macedo Costa

**ABSTRACT**

This article addresses the relations between Public Education, as regulated and provided by the public authorities in the Amazon Basin, and the local Catholic Church, represented by the Diocese of Pará and Amazonas, through Bishop Dom Antonio Macedo Costa and his allies. The research shows that, under the regime of the “padroado” (in which the Church and the State had a close interconnection), there were important links between the government’s and the Catholic Church’s educational projects, resulting in intense controversy among some of their representatives, polarized into liberals and conservatives.

Keywords: Pará; Amazonas; Public education; Catholic Church; Bishop Dom Antonio Macedo Costa

## O IMAGINÁRIO DIVINO E O AMOR DA PÁTRIA: tensões entre a igreja e a instrução pública nas províncias amazônicas

Irma Rizzini

### A difusão das escolas públicas e os padres professores

Nas primeiras décadas após o conflito da Cabanagem<sup>1</sup>, os governos do Pará e do Amazonas se empenharam na criação de uma legislação que regulamentasse a criação de escolas públicas voltadas para a *educação do povo*, não só das capitais, mas das vastas áreas do interior. Até o final do Império, os governantes das duas províncias empregaram, em seus discursos, os termos disseminar, difundir, propagar e estender a instrução a todos: às “classes populares”, às “massas” e às “mais longínquas localidades”. As expressões “educação do povo” e “educação popular” empregadas na documentação oficial das províncias não estavam necessariamente remetidas à idéia de uma educação voltada para os pobres, e sim à população em suas diversas e extensas ramificações sociais, étnicas e geográficas. As escolas isoladas, constituídas por um único regente, se espalharam pelo interior das províncias, onde estudavam filhos de *tapuios* e dos *potentados*.<sup>2</sup> Nas capitais e nas principais cidades, homens vinculados a determinadas categorias profissionais e sociais, que nunca sentaram nos bancos escolares, foram instigados ou obrigados a decifrar o *a, b, c*. As escolas femininas se alastraram, especialmente em Belém e Manaus, onde, ao final do Império, o número de alunas ultrapassou o de alunos. Por esta época, surgiram as escolas mistas, onde professoras ensinavam a ambos os sexos, até os nove ou dez anos de idade.

As ações em prol da firmação da *forma escolar*<sup>3</sup> eram pautadas, sobretudo, pela elaboração de leis e regulamentos da instrução pública e de freqüentes reformas da legislação, os quais, por sua vez, sofriam influências das leituras que se faziam do cotidiano escolar, dos debates e das informações que circulavam sobre as práticas pedagógicas de outras províncias e países. Não apenas a intensa regulamentação da escola e da profissão docente caracterizou esse período. A fiscalização dos mestres, das casas escolares e dos alunos e as intervenções tendo em vista uma melhor recepção por parte dos pais compuseram também o rol das ações. Tais medidas não estiveram imunes às disputas entre grupos políticos opositores, nem tampouco aos embates entre os adeptos do ensino religioso nas escolas públicas e os que se opunham ao avanço do *clericalismo* nas instituições educacionais do governo.

---

<sup>1</sup> A Cabanagem, referida por Patrícia Sampaio (1997, p.54-55) como uma das mais violentas rebeliões do período regencial, ocorreu na região amazônica entre 1835 e 1840, tendo sido iniciada em Belém, logo expandida para todo o vale. O movimento, que envolveu grupos indígenas autônomos, índios aldeados, tapuios, mestiços e negros, foi reprimido violentamente, deixando um saldo de 30 a 40 mil mortes.

<sup>2</sup> *Tapuios* eram índios “destribalizados”, que viviam do comércio de produtos extrativos e de pequenos serviços nos povoados (SILVA, 1996, p.109). O termo *potentados* designava os chefes locais, conforme o emprego feito pela imprensa e pela literatura da região.

<sup>3</sup> VINCENT, Guy.; LAHIRE, Bernard.; THIN, Daniel, 2001.

Ao longo do Segundo Reinado, o tema da educação do povo empolgou as elites locais, constituindo objeto de grande interesse tanto na imprensa dita neutra quanto nos periódicos da Diocese e dos partidos liberal e conservador. O campo da educação popular se tornou alvo de disputas e lutas de representações, envolvendo os mais diversos agentes: autoridades, políticos, professores, jornalistas e religiosos de distintos níveis da hierarquia da Igreja local. As interseções entre instrução pública e religião, governo e Igreja, no Império, começam a ser analisadas pela historiografia da educação, indicando que as relações podiam assumir matizes diferentes, no espaço e no tempo. Nem sempre essas relações foram eminentemente conflituosas, ao decorrerem de uma composição entre os interesses da Igreja e os dos governos ou, simplesmente, da apropriação do ideário iluminista da civilização e do progresso por religiosos que atuaram junto à instrução pública, como ocorreu com o padre Ernesto Camilo Barreto, comprometido com a modernização do cenário educacional de Mato Grosso no século XIX.<sup>4</sup>

Na Amazônia, as tônicas da falta de braços para a agricultura e da independência de seus habitantes tornavam mais premente o objetivo da formação de um povo trabalhador e obediente, temente a Deus e ao Estado. Criar escolas era indicador importante de progresso e civilização. As províncias do Pará e do Amazonas participaram ativamente do movimento civilizador que orientou, em todas as partes do país, a criação de escolas primárias e secundárias, asilos para órfãos e instituições de ensino de ofícios artesanais. A história da educação na Amazônia nos revela as aspirações das elites e de grupos que buscavam a distinção com relação ao pesado estigma da *selva* e do *selvagem*, em acompanhar o processo civilizador que o Império brasileiro tanto almejou ver implantado no país.<sup>5</sup>

No escopo da educação popular masculina, desde 1840, a administração provincial paraense delineou e implementou um modelo institucional de educação profissional de meninos desvalidos e órfãos. O governo do Amazonas instalou em Manaus uma Casa de Educandos Artífices, em 1858, poucos anos após o nascimento da Província. O modelo da Casa de Educandos calcava-se na experiência de formação de aprendizes artífices dos arsenais militares e das casas pias mantidas por ordens religiosas. Nem tanto caserna, e nem tanto claustro, os estabelecimentos de educandos artífices se disseminaram pelo país, após a instalação da Casa paraense. As Casas do norte amazônico conheceram longa duração, apesar do percurso acidentado, com interrupções e reaberturas renovadoras que buscavam a atualização pedagógica. Assim, em 1872, a instituição paraense foi reaberta sob a moderna designação de “Instituto”, com currículo ampliado e oficinas diversificadas. O mesmo ocorreu no Amazonas, quando, em

---

<sup>4</sup> SIQUEIRA, Elizabeth, 2002.

<sup>5</sup> Para uma análise da implantação do processo civilizador na sociedade amazonense da virada do século XIX, ver DAOU, Ana Maria (1998).

1882, ressurgiu a instituição sob a denominação de Instituto Amazonense de Educandos Artífices, que tinha por finalidade educar os meninos pobres e os índios. Nesse período, ocorreu um significativo crescimento do número de instituições educativas na região. Em 1885, a cidade de Belém possuía 24 escolas e, no ano de 1888, esse número saltou para 53 escolas primárias. Neste ano, o diretor da instrução registrou na Província toda 16.550 alunos matriculados em 331 escolas públicas, com a frequência média de 9.930 alunos. Manaus, com 8 escolas públicas em 1887, passou a ter 23 escolas públicas primárias em 1889, onde estudavam 1.104 alunos. Em 1888, a província tinha 113 escolas com 2.399 alunos matriculados.<sup>6</sup> A Igreja local, representada pela figura polêmica de D. Antônio Macedo Costa, Bispo do Pará e do Amazonas, não ficou à parte dos debates e do processo de difusão da educação da população amazônica, como veremos adiante.

Um grande obstáculo à disseminação das escolas consistia na falta de pessoal habilitado para o ensino e na atração exercida pelas atividades econômicas da região sobre os possíveis candidatos ao cargo, e mesmo, sobre os professores em exercício. Os professores enfrentavam muitas dificuldades na realização de suas tarefas, a começar pelos baixos ordenados. A referência a outras atividades exercidas pelos mestres é comum na documentação oitocentista, levando eventualmente à transferência de professores para “afastá-los de outras distrações”.<sup>7</sup> Estes se envolviam com as atividades econômicas locais, como a pescaria, o extrativismo e até a negociação de produtos artesanais com grupos indígenas, como ocorria na Vila de Moura até pelo menos a década de 1880.<sup>8</sup>

Nos relatórios da instrução pública do Pará e do Amazonas do ano de 1858, os respectivos diretores queixam-se do pouco interesse dos professores pelo ensino. Quando da instalação do Amazonas, as cadeiras do interior estavam abandonadas, pois os professores, tendo alcançado pelo patronato a função, apenas estariam visando o agenciamento do comércio, utilizando seus ordenados como garantia de crédito. No Pará, o diretor da instrução constatou que havia “um bem crescido numero de escolas de ensino primário disseminadas por toda Província”, mas poucos professores mereciam este “honroso titulo”. A maioria das escolas contava com professores interinos, que não tinham direito à aposentadoria no futuro e recorriam a atividades alternativas para “ganharem o pão”, chegando a tirar licenças por conta própria. Os diretores reforçavam a necessidade de fiscalização sistemática das escolas pelo governo.

---

<sup>6</sup> RIZZINI, Irma, 2004.

<sup>7</sup> Relatório do diretor da instrução pública do Pará, 20/12/1858. (IHGB -Coleção Manuel Barata).

<sup>8</sup> A respeito, ver RIZZINI, Irma, 2006. O naturalista e botânico brasileiro, João Barbosa Rodrigues (1885, p.35), denunciou em sua obra *Pacificação dos Crichanás* que moradores de Moura, um tenente e o professor realizavam expedições de *catequese* no rio Jauapery, Amazonas.

A dificuldade em arregimentar pessoas preparadas para lecionar em “lugarejos que são menos que aldeias” levou as administrações a prover os lugares de professores primários com sacerdotes. Os sacerdotes eram obrigados a residir nessas localidades e pressupunha-se que possuísem ciência suficiente para ensinar a ler, escrever e contar, bem como hábitos morais e religiosos, passíveis de influir no “animo tenro e facilmente impressível das crianças, cuja instrução e educação lhes for confiada”.<sup>9</sup> Nas cinco localidades visitadas por Antonio Gonçalves Dias, visitador escolar no Amazonas no ano de 1861, três tinham escolas providas de professores, todos religiosos. As outras duas já tiveram escolas em funcionamento, uma delas regida por um sacerdote. Apesar de aprovar o emprego dos sacerdotes devido à necessidade, o visitador tinha algumas restrições aos padres professores, por estarem envolvidos com outras ocupações e por não haver garantias de “capacidade profissional” para o cargo. Gonçalves Dias via na condição de professor outros requisitos, que estavam além da ciência e da moral:

“(…) para ensinar não basta saber; é preciso geito, paciência, e talvez habito, certo amor e direi mesmo respeito as crianças - condições a que dariamos o nome de capacidade profissional que se encontra de certo em alguns sacerdotes, mas que não é de presumir que se reunão em todos.”<sup>10</sup>

Na região, o ensino tradicionalmente esteve nas mãos de religiosos. Fatores de ordem política e social, como a falta de homens para assumir a função após a Cabanagem, obrigaram a Província do Pará a recorrer aos párocos, como professores interinos. No relatório de 1840, o presidente João Antonio de Miranda atenta para o “estado vertiginoso da Província”, que levou o governo a recorrer aos religiosos, os quais apresentavam “alguma habilitação”. O Pará tinha 25, das 35 escolas em funcionamento, regidas por professores interinos.<sup>11</sup> Passados dez anos, das 42 cadeiras de instrução primária da Província, 11 eram regidas por padres, 27 por não religiosos e 4 por mulheres.<sup>12</sup> No Amazonas, a composição do quadro de professores não era muito diversa: em 1858, de 18 professores das cadeiras masculinas, 10 eram religiosos.<sup>13</sup>

Cerca de uma década antes de sua visita ao Amazonas, Gonçalves Dias visitara as instituições educativas do Norte brasileiro, incluindo o Pará. No relatório de 1852, ele observou que essa Província tinha cadeiras regidas por sacerdotes, dos quais o Presidente da Província presumia terem, ao menos, o saber devido. Dias ponderou, como o faria posteriormente, em 1862, que o acúmulo de funções era uma desvantagem para o ensino. Essa constatação teria levado o Governo Imperial a restringir tais nomeações, permitidas somente para os párocos que tivessem coadjutores.<sup>14</sup> No

<sup>9</sup> DIAS, Antonio Gonçalves, 1861, p.7.

<sup>10</sup> DIAS, Antonio Gonçalves, 1861, p.7. Segundo o autor, o reverendo de Olivença era ao mesmo tempo vigário, professor e diretor de índios, não havendo inconveniente, no caso específico dessa freguesia, em dar-lhe a faculdade de impor multas aos pais faltosos com o dever de colocar os filhos nas escolas (Op. cit., p.3).

<sup>11</sup> RPPA, 15/8/1840, p.15.

<sup>12</sup> Diretoria de Instrução Pública do Pará. *Mappa das Cadeiras de Instrução Primaria*, 18/12/1850 (IHGB - Coleção Manuel Barata).

<sup>13</sup> RPAM, 7/9/1858, Anexo F, Mapa 1.

<sup>14</sup> Aviso n.97 de 10/3/1851 apud DIAS, Antonio Gonçalves, 1852.

entanto, a tentativa do governo central de impor limites à atuação do clero na instrução pública não se efetivou nas províncias amazônicas naquele período. Outras questões estavam em jogo na medida adotada pelo Império, como a tentativa de assumir o controle da educação do povo, instaurando um monopólio que, no momento, só a Igreja poderia colocar em risco. O monopólio não significava assumir integralmente a instrução da população, mas sim o controle das instituições educacionais, particulares ou religiosas. Ao longo do século, a legislação educacional tenderia para o controle crescente do Estado sobre as instituições de ensino primário e secundário, impondo regras para a abertura e para o funcionamento de escolas e colégios.

Em 1860, o presidente Sá e Albuquerque afirmara que nenhuma outra província do Império tinha as interinidades das escolas em maior número do que o Pará, devido aos baixos ordenados e aos “poucos cômodos da vida social nas pequenas povoações do interior”, desestimulando os cidadãos a adotar o magistério primário como profissão permanente e estimada. O ensino, dizia ele, estava confiado, em grande número de casos, aos vigários, trazendo vantagens para o público somente quando desempenhavam seus deveres com dedicação.<sup>15</sup> Como os professores seculares, os padres estavam sujeitos às punições “em nome da moralidade pública”, como ocorreu ao padre que ocupava o lugar de professor interino na escola de Monte Alegre, demitido em 1860 por Sá e Albuquerque, junto com a professora interina da escola feminina.<sup>16</sup>

Na metade do século XIX, o temor do ressurgimento dos conflitos que resultaram na Cabanagem era bastante forte entre os poderes locais, fazendo da presença dos religiosos nas povoações e missões da Amazônia um braço dos poderes públicos entre seus habitantes, ao lado da presença militar.<sup>17</sup> As ações catequéticas e educacionais dos missionários e vigários tinham um forte cunho político, podendo a atuação destes assumir um caráter policial, se assim o Estado requisitasse. Uma função desse porte fora requisitada pelo governo amazonense em 1858, ao frei Manoel de Santanna Salgado, por se encontrar o missionário dos rios Içana e Uaupés muito doente. O frei fora incumbido de investigar o “cristo-índio” no rio Içana, que formara muitos seguidores, descritos como grupos decididos a resistir, tendo inclusive armas e flechas envenenadas. Acompanhado de cinco homens armados, o frei entrou em confronto com o grupo

---

<sup>15</sup> RPPA, 12/5/1860, p.8.

<sup>16</sup> RPPA, 12/5/1860, p.9. As demissões de professores podiam resultar de denúncias feitas pelos pais à Diretoria de Instrução Pública, quando os delegados da instrução pública, responsáveis pela fiscalização das escolas, se mostravam inertes (muitas vezes o delegado era “amigo” do professor). Denúncias eram encaminhadas aos jornais de Belém, publicadas na sessão de “Solicitados” (encontramos tais cartas nos jornais “*A Província do Pará*”, jornal liberal, e na “*A Constituição*”, jornal conservador). A respeito, ver RIZZINI, Irma, 2005.

<sup>17</sup> O temor da repetição da “subversão de 1835”, provocada pelo “falso cristo”, levou o governo amazonense a informar à Imperial Legação do Brasil na Venezuela da necessidade de convocar o padre Romualdo, em missão permanente, e a estabelecer aldeias militares e barcos armados na fronteira (Ofício n.1, 14/2/1859, enviado ao Ministério do Império, com anexo de 28/7/1858, Arquivo Nacional, Correspondência entre a Presidência da Província do Amazonas e o Ministério do Império – 1852-1889).

do “cristo Venâncio”, resultando em feridos, de um lado, e na morte de alguns índios, de outro.<sup>18</sup> No rio Uaupés, a repressão policial aos seguidores do “Cristo Alexandre” provocou a fuga de mais de uma centena de índios da região para a Venezuela, segundo o testemunho de um comerciante.<sup>19</sup> Em outubro de 1858, o movimento estava “dissolvido”, estando o índio Alexandre apenas acompanhado de um filho e de um enteado e sendo caçado pela polícia.<sup>20</sup> Outros cristos vinham se reunindo com grupos de índios, com suas práticas rituais, danças e beberagens.<sup>21</sup>

A conjunção de forças – militares e religiosas – obteve a subjugação dos movimentos, liderados e engendrados por índios “civilizados e selvagens”. A catequese, sem a aliança com a educação civil empenhada na formação do cidadão, corria o risco da apropriação considerada indesejada pelos governantes e religiosos, como o fez o “cristo-índio” do Içana, que realizava casamentos e batizados, práticas sacramentais associadas aos rituais indígenas. A mão repressora do Estado na região do rio Negro deixou seqüelas: o citado padre Salgado, o qual impressionaria Gonçalves Dias e o engenheiro Coelho, em comissão ao rio Negro no ano de 1861, por sua ação religiosa e educacional, teve que ser retirado da região em 1858, suspeito de ser o causador da revolta na população de Marabitaná, onde era vigário.<sup>22</sup> A população impunha seus limites à função de representante dos poderes públicos assumida pelo religioso.

A presença de religiosos em cargos administrativos da Província do Pará e do Amazonas é tema raramente abordado pela historiografia.<sup>23</sup> Padres, freis e cônegos foram professores públicos, diretores e visitantes da instrução pública, diretores de índios, deputados provinciais, vice-presidentes e até presidentes de província. Um exemplo refere-se ao cônego Joaquim Gonçalves de Azevedo, diretor da instrução pública amazonense, entre 1855-1860.<sup>24</sup> No relato biográfico do padre Christiano Müller, consta que o menino nascido no interior do Pará e admitido como pobre no seminário em Belém, entre outros cargos civis, ocupou o de Diretor Geral de Índios.<sup>25</sup> Os seus

---

<sup>18</sup> *A Estrella do Amazonas*, 15/5 e 26/8 de 1858.

<sup>19</sup> “Um tal Aguir que comercia para Venezuela afirma ter visto apresentar-se em S.Carlos 150 índios nossos civilizados e selvagens emigrados de Marabitanas, Waupés e (?)”. Ofício n. 74, 31/7/1858. Do Presidente da Província do Amazonas ao Ministro do Império (Arquivo Nacional, Correspondência entre a Presidência da Província do Amazonas e o Ministério do Império – 1852-1889).

<sup>20</sup> Ofício n. 87, 22/10/1858. Do Presidente da Província ao Ministro do Império (Arquivo Nacional, Correspondência entre a Presidência da Província do Amazonas e o Ministério do Império – 1852-1889).

<sup>21</sup> *A Estrella do Amazonas*, 26/8/1858.

<sup>22</sup> Ofício n. 74, 31/7/1858. Do Presidente da Província do Amazonas ao Ministro do Império (Arquivo Nacional, Correspondência entre a Presidência da Província do Amazonas e o Ministério do Império – 1852-1889).

<sup>23</sup> Maués (1998) e Neves (1998) abordam tangencialmente a ocupação de cargos públicos por eclesiásticos nas últimas décadas do século XIX no Pará, ao tratarem do envolvimento de membros do clero na política partidária local, fazendo emergir novas tensões às disputas pelo poder secular.

<sup>24</sup> O período de 1855 a 1860 foi estipulado somente pela localização de seus relatórios.

<sup>25</sup> MÜLLER, 1915, p.19. O ofício de 24/7/1862, do Presidente do Amazonas ao Ministro do Império, sobre a mudança do cônego Joaquim Azevedo para o Pará, revela que ele ocupará também o cargo de 2º vice-presidente

relatórios ao Presidente do Amazonas revelam um diretor orientado pela modernização e expansão da instrução pública na nascente província:

A regularidade portanto do estudo, a uniformidade do methodo, e dos compendios, a correcção ao indocil e pouco applicado, e o premio ao estudioso deverão sem duvida sellar com feliz resultado as paginas desse regulamento que assim organizado tratá consigo, quando não todas as vantagens precizas, ao menos as mais indispensavies para fazer fructificar a arvore da instrução nesta nascente província.<sup>26</sup>

Os sacerdotes tinham especial interesse na instrução primária devido à questão do ensino religioso, visando, sob uma perspectiva imediata, a formação moral e cristã dos meninos e, em longo prazo, reverter a tendência anti-clerical que crescia em determinados setores, muitas vezes de forma ostensiva, resultando em meados da década de 1870 na famosa “Questão Religiosa”, cujo Bispo do Pará, Antonio de Macedo Costa, fora um dos protagonistas. Os 29 anos do bispado de D. Macedo Costa nas províncias amazônicas (1861-1890) foram marcados pelo grande interesse e pela intervenção na educação de pobres e ricos. Na instrução primária, a luta visava garantir e ampliar os espaços para o ensino do catecismo aos meninos, o que segundo os padres só poderia ser feito por religiosos. Os deputados liberais combatiam esse pressuposto, chegando alguns a questionar a necessidade do ensino da religião nas escolas, após a eclosão do conflito com a maçonaria. Tais embates encontraram expressão nos periódicos e nas instituições públicas locais, tema tratado a seguir.

### **“Escolas neutras” versus “clericalismo” na Instrução Pública**

Nas duas décadas finais do Império, cresce o professorado laico nas províncias, processo amparado por amplas reformas da instrução pública e pelas primeiras iniciativas de formação escolarizada de professores, com a criação das escolas normais de Belém (1871) e Manaus (1882). A participação da Igreja local na educação popular, representada pela Diocese do Pará, dar-se-ia por outras vias, como na implementação direta de instituições educativas, na influência política junto à Assembléia Legislativa e na disseminação de instrumentos de circulação cultural<sup>27</sup>, como os livros de cunho religioso e de civilidade cristã para as crianças das escolas públicas, e o debate na imprensa, especialmente através do periódico da Diocese, *A Boa Nova*.

---

(Arquivo Nacional, Correspondência entre a Presidência da Província do Amazonas e o Ministério do Império – 1852-1889). Azevedo foi Vigário Geral e reitor do seminário do Amazonas, posições também ocupadas no Pará, onde foi nomeado Vigário Geral de Belém. Segundo D. Alberto Gaudêncio Ramos (1952), no Pará, Azevedo foi sagrado Bispo de Goiás por D. Macedo Costa, em 1866 (p.42-43). Envolvido diretamente com a formação religiosa de seu rebanho, visitou grande parte da Diocese, fundou o Seminário diocesano, onde era professor, e ensinava o catecismo nas escolas.

<sup>26</sup> RPAM, 7/9/1858, Anexo F. O cônego Azevedo, diretor da instrução pública do Amazonas, reproduz trecho de seu relatório de 1855.

<sup>27</sup> GINZBURG, Carlo, 2006.



O Bispo do Pará, ao assumir a Diocese na cidade de Belém, em 1861, iniciou longa trajetória rumo à união do episcopado numa ação pastoral conjunta, de forma a implantar o novo modelo de Igreja no Brasil.<sup>28</sup> Os seminários foram intensamente alvejados nesse processo, pois a reforma do clero era ponto estratégico para o sucesso do projeto. D. Antonio sabia que o seu rebanho era grande e bastante diversificado, mas dispunha de várias frentes de luta: dirigiu pessoalmente a “regeneração” dos seminários da Diocese e enviou moços para estudar em seminários europeus de forma a poderem posteriormente lhe auxiliar na formação dos seminaristas em Belém e Manaus; fundou uma biblioteca eclesiástica no palácio episcopal franqueada ao público, para a qual ofereceu mais de 700 volumes; defendeu seus projetos nos inúmeros ofícios enviados ao Ministério do Império e nos artigos à imprensa; criou um asilo para órfãs, com cursos para alunas externas, e um instituto de ensino profissional para meninos indígenas e desvalidos; fez discursos e publicou textos na defesa da instrução elementar e da civilização e catequese do *povo amazônico*; publicou e distribuiu pelas escolas públicas livros sobre história bíblica e civilidade cristã; nas visitas pastorais ao interior, além de cumprir agenda dos ofícios de sacerdote, contactou grupos indígenas, na expectativa de promover o aldeamento e a catequese dos índios, mobilizando missionários e governo; nas viagens, conheceu manifestações religiosas de povos da região e condenou publicamente o que considerava impostura. Ao deparar-se com situações consideradas ameaçadoras à fé católica, tomou medidas enérgicas para debelá-las, como ocorreu em viagem ao alto Purús, na Província do Amazonas, quando localizou uma missão protestante inglesa que, segundo seu relato, comprara meninos índios para iniciar a ação missionária.<sup>29</sup>

Os projetos pedagógicos do bispo baseavam-se nos fatores que elegeu como determinantes para se alcançar a civilização. Esses “elementos essenciais” assim foram descritos por Macedo Costa na conferência realizada no paço da Assembléia Provincial do Amazonas, em 1883:

Senhores, não póde a civilização existir e desenvolver-se sem certo adminiculos que são, por assim dizer, os seus factores. Apego ao solo e á propriedade, lavoura sedentária, uma boa organização da família e do trabalho, um lar com suas tradições venerandas transmittindo-se de pais a filhos, boa administração da justiça, a religião com as sublimes emoções de suas festas (...), a escola onde irradiou-se na nossa intelligencia a alvorada rumorosa das letras, eis ahi outros tantos elementos essenciaes, cuja ação combinada dá, como resultante, a civilização de um povo.<sup>30</sup>

<sup>28</sup> Sobre a atuação de D. Antonio Macedo Costa na reforma da Igreja no Brasil, ver os estudos de Riolando Azzi (1992) e Karla Denise Martins (2001 e 2005), sendo que esta focaliza a reforma católica, o embate com os liberais e as concepções/idéias de D. Macedo Costa para a reforma da sociedade amazônica.

<sup>29</sup> Ofício de 3/12/1878 ao Ministério do Império (Arquivo Nacional, Correspondência entre a Presidência da Província do Amazonas e o Ministério do Império – 1852-1889). As iniciativas educacionais descritas baseiam-se em artigos e notícias dos jornais *A Boa Nova* (da Diocese), *A Constituição* e *A Província do Pará*.

<sup>30</sup> COSTA, Antonio Macedo de, 1884, p.11.

Entre seus “projectos humanitarios”, Macedo Costa pretendia utilizar as propriedades e os escravos da extinta ordem carmelita do Pará, na fundação de uma escola agrícola e outra de instrução civil e religiosa com o fim de libertar e “regenerar” os cativos dos religiosos. O jornal da Diocese não dissimula a dupla vantagem do projeto: conservar como bens eclesiásticos as antigas fazendas da ordem e dar a liberdade a tantos escravos. Na mesma época, o bispo se voltou para um outro grupo de “desventurados”, necessitado de instruções apropriadas: os *surdo-mudos* do Pará, Amazonas e províncias vizinhas, ao propor a fundação de um estabelecimento de educação em Belém. Comparando o estado do surdo-mudo sem instrução ao do *selvagem*, o artigo d’*A Boa Nova* anuncia o projeto da Diocese, em tornar os surdos-mudos bons cristãos e bons cidadãos, ensinando-lhes a ler, escrever, contar, conhecer a Deus e a Religião.

D. Antonio já havia, em meados da década de 1870, recuperado o ensino administrado pela Diocese nos seminários da região, ampliando consideravelmente o número de alunos, sendo que uma parcela deles tinha seus estudos custeados pelos governos provinciais. Dos 40 meninos que estudavam no único seminário de Belém em 1864, elevou-se para 300 o número de alunos até 1873, distribuídos pelos três estabelecimentos de sua jurisdição. O corpo docente era tão deficiente no início que o próprio bispo lecionava no seminário.<sup>31</sup> Em pleno combate contra a maçonaria e a imprensa liberal, o bispo se empenhava pessoalmente em expandir a instrução civil e religiosa aos mais diversos grupos sociais. D. Macedo Costa e o Bispo de Olinda, D. Vital, foram os protagonistas da difundida questão religiosa, em meados da década de 1870, quando proibiram as Comunidades Eclesiásticas de suas jurisdições de admitirem maçons, resultando na prisão de ambos na Fortaleza da Ilha das Cobras, no Rio de Janeiro, em 1874. Pouco tempo depois foram perdoados pelo Imperador<sup>32</sup>. A partir de 1877 e até meados de 1880, o bispo esteve envolvido com a “Questão Nazarena”, entrando em choque com as irmandades do Pará e com o Governo da Província. Segundo o bispo, a procissão de Nossa Senhora de Nazaré só poderia ocorrer com a aprovação episcopal.<sup>33</sup> Na correspondência com o Governo Imperial e com o Bispo do Rio de Janeiro, D. Antonio combateu com veemência a transformação do Círio em uma *feira civil* no ano de 1879, revelando um outro campo de disputa entre laicismo e clericalismo, intensificadas nas gestões liberais da administração pública.

<sup>31</sup> *A Boa Nova*, 18/10 e 5/11/1873. Os projetos de educação dos libertos e dos surdos-mudos goraram. O primeiro não avançou além da queixa de D. Antonio ao Imperador contra o governo provincial do Pará, por ter vendido as fazendas e os escravos dos carmelitas, durante a sua viagem a Roma, por ocasião do Concílio Ecumênico do Vaticano. O segundo provavelmente permaneceu na indiferença dos governos provinciais e do governo Imperial, pois havia na Corte um Instituto de Surdos-Mudos que deveria educar meninos de todo o país, às custas das províncias, mas só atendia a 22 alunos na época, nenhum proveniente do Pará ou do Amazonas.

<sup>32</sup> BITTENCOURT, Agnello, 1969, p. 140.

<sup>33</sup> Cf. AZZI, Riolando, 1992; LUSTOSA, Antonio de Almeida, 1939.

Passado o período turbulento dos conflitos ocorridos na sua Diocese, D. Antonio retomou o ímpeto inicial de suas propostas de educação do povo, ao planejar duas modalidades de intervenção pedagógica e catequética junto aos amazônidas, entre 1882 e 1883 – o *Instituto de Artes, Ofícios e Agricultura “Providência”* e a ação missionária do *Christophoro*, o *Navio-Igreja*. Ao adentrar a década de 1880, D. Antonio tinha pleno conhecimento de seu rebanho, através das várias visitas pastorais feitas pelo interior. É a partir de suas observações que emergem os citados projetos de educação e cristianização da *população amazônica*, cujos tipos raciais e capacidade para o trabalho descreve na obra *A Amazonia: meio de desenvolver a sua civilização*, editada em Manaus (1882) e no Rio de Janeiro (1884) e publicada, por capítulos, na imprensa local.

As disputas entre os defensores e aqueles que combatiam o ensino religioso ou a atuação direta dos padres na educação dos meninos encontraram publicidade através, principalmente, da imprensa periódica, como o jornal da Diocese e os jornais das províncias, tanto os de tendência liberal quanto os conservadores. Observa-se que, quanto ao ensino feminino, havia, aparentemente, um consenso da conveniência dos propósitos do Asilo de Santo Antônio, criado em 1878, na cidade de Belém, para educar as órfãs pobres para o trabalho doméstico e formar as futuras *damas de salão*.

Foi na imprensa liberal que D. Antonio encontrou seus mais ferrenhos opositores, que não se opunham aos princípios seculares de seus projetos pedagógicos, mas questionavam a pretendida associação entre razão e fé propugnada pelo bispo. Contudo, associar a oposição às idéias e iniciativas do bispo a um determinado grupo político (liberais) e o apoio a outro (conservadores) seria por demais reducionista, visto que esses grupos não eram homogêneos em suas idéias, ações e alianças. Um folhetim, publicado em 1885, no jornal liberal *A Província do Pará*, denota que certas iniciativas do bispo podiam angariar simpatias neste meio, quando identificadas com o ideário da civilização e do progresso propagado pela imprensa em geral. Visando difundir e obter apoio material do poder público provincial e de particulares para o Instituto de Artes, Ofícios e Agricultura “Providência”, o bispo organizou duas visitas de ilustres cavalheiros e algumas senhoras ao estabelecimento. Entre os visitantes, estava o 1º Vice-Presidente da Província, Carlos Augusto de Carvalho, e o autor do *folhetim* publicado na *Província do Pará*, relatando de forma minuciosa e entusiástica o passeio de um *touriste*.<sup>34</sup> As excursões, preparadas em um cenário tomado pelos símbolos do progresso, da civilização e da cultura, encontraram um relato minucioso e entusiasmado no citado *folhetim*.

---

<sup>34</sup> *A Província do Pará*, 23/9/1885. *Folhetim. Dous dias no Instituto “Providencia” (Notas de um touriste)*.

As reações dos leitores não tardaram a surgir, através das cartas enviadas aos jornais, em geral anônimas, um dos meios pelos quais se dava o debate educacional nas províncias, inclusive com a participação de pais de alunos e moradores de pequenos povoados do interior. Dois dias depois de publicado o *folhetim*, chegava às redações d'A *Província do Pará* e d'A *Província* (Amazonas) uma enérgica carta de refutação ao ensino conduzido pelos “instrumentos do papismo” e à influência do clericalismo na instrução pública.<sup>35</sup> Os críticos do ensino clerical acusavam os religiosos de priorizarem a formação de católicos para a Igreja, em detrimento da formação de cidadãos para a nação. O missivista em questão concorda que os estabelecimentos da ordem do “Providência” são uma necessidade indeclinável, porém prioriza o amparo aos “modernos processos e métodos pedagógicos”, opondo-se à proteção ao “ensino clerical”, cujo representante mais atuante “n’esta terra” era D. Antonio:

Entendo, porém, que é um erro todo o passo arriscado no sentido de dar arrhas ao animo clerical, cuja moral está compendiada no código do sr.d. Antonio (catecismo), em que são pregadas opiniões menos aceitáveis, fazendo-se, por exemplo, o elogio do celibato, como o mais elevado estado da alma, e ensinando-se em lugar do amor da patria e da familia um vago e indefinido sentimento de amor ao imaginario divino.

O embate, polarizado entre o *amor da Pátria* e o *imaginário divino*, acontecia em diferentes espaços, como no âmbito da regulamentação, do planejamento e da execução da instrução pública. Na Assembléia Legislativa paraense, por exemplo, a comissão de instrução pública, de meados da década de 1880, esteve nas mãos de dois sacerdotes, o cônego José Lourenço da Costa Aguiar e o padre Dr. Mancio Caetano Ribeiro, e do médico Julio Mario da Serra Freire, este último, ironicamente denominado de *padre de casaca*, na sessão da Assembléia Provincial do Pará, em que se debatia o projeto de reforma da instrução pública (nº 1.547/1883). Sob a presidência do Cônego Manoel José de Siqueira Mendes, chefe do partido conservador, o questionado artigo 42 fora aprovado. O artigo garantia a livre iniciativa na abertura de escolas e, na perspectiva de alguns opositores, driblava a Constituição, garantindo exclusividade ao ensino da religião oficial, quando ditou que “ahi [nas escolas] nada se ensina contra a Religiao Catolica”.<sup>36</sup>

No calor das discussões, o jornal *Liberal do Pará*, órgão do partido liberal, inicia longo artigo condenando o dito projeto, o qual estaria impregnado pelo “espírito malevolo do clericalismo” da comissão de instrução pública da Assembléia Provincial.<sup>37</sup> Uma das missões desses

<sup>35</sup> Carta publicada em 27/9/1885 nos jornais *A Província do Pará* (Belém) e *A Província* (Manaus).

<sup>36</sup> *A Constituição*, edições de 11/6/1883, 27/7/1883 e 16/8/1883, (Assembléia Provincial do Pará, sessões de 03/4/1883, 11/4/1883 e 12/4/1883).

<sup>37</sup> *Liberal do Pará*, 30/3/1883. O combate da imprensa liberal contra o ensino clerical no Brasil é abordado por Riolando Azzi, 1992.

religiosos na Assembléia consistia em combater aqueles que pretendiam expulsar a religião das escolas e em lutar por manter o monopólio da religião católica na instrução pública. O padre Mancio Ribeiro temia a “perigosa organização das escolas neutras, isto é, onde seja vedado ao professor pronunciar o nome de Deus”. Algumas discussões assumiam um tom anedótico, como a ocorrida entre o padre doutor e o deputado liberal, Joaquim Cabral, em que o primeiro afirmava ser o ensino religioso a base da educação e o segundo, jocosamente, teimava pela proeminência do *a, b, c*.<sup>38</sup>

A manutenção do ensino religioso católico nas escolas públicas constituía uma frente de batalha importante nas décadas de 1870 e 1880, tendo o Bispo do Pará, D. Antonio de Macedo Costa, pessoalmente investido no seu fortalecimento. O bispo manifestava grande interesse na educação do povo, das elites e dos religiosos na região, mas se manteve nos limites das atuações eclesiástica e educacional, não se envolvendo em questões partidárias ou concorrendo a cargos eletivos. Entretanto, sacerdotes ocuparam assentos na Assembléia Provincial e mesmo na Assembléia Geral na Corte, exerceram cargos públicos, inclusive nas instituições educacionais mais importantes, freqüentemente ultrapassando a linha tênue dos interesses eclesiásticos, ao se envolverem na política local orientados por interesses partidários e até pessoais. Um exemplo notório é o do presidente da Assembléia paraense, cónego Manoel Siqueira Mendes<sup>39</sup>, que defendeu os interesses da Diocese na Assembléia Provincial, no ano de 1883. Numa sessão, o cónego chamou à ordem os deputados que atacavam a religião do Estado ao rejeitarem o ensino religioso, citando o artigo 5º da Constituição Brasileira. O cónego se pôs a fazer um longo sermão às pretensões da minoria liberal, lembrando-lhes que,

Com effeito, a civilização do Brazil é obra da Religião Catholica; desde a pregação dos Nobrega e Anchieta até nossos dias.

É á religião catholica que devemos as nossas luzes, a nossa nacionalidade, o nosso character, as nossas instituições e os nossos progressos. (...)

Como, pois, avançar que o ensino da religião é uma cousa inutil, que deve se banido d’um estabelecimento de educação de meninos?

Como querer o progresso, a civilização, a instrucção, banindo a religião que é a sua origem?”<sup>40</sup>

---

<sup>38</sup> *A Constituição*, 17/4/1883 (*Ensino religioso*, do padre dr. Mancio Caetano Ribeiro). *Ibid.*, 11/6/1883 (Assembléia Provincial do Pará, sessão de 3/4/1883. Discussão sobre o projeto nº 1.548, que reformava o Instituto Paraense de Educandos Artífices).

<sup>39</sup> **Manoel José de Siqueira Mendes** nasceu na cidade de Cametá, Pará, em 1825. Era presbítero secular, nomeado cónego da sé paraense. Foi lente de latim do Liceu de Belém, lente de teologia do seminário episcopal e fundou um colégio na capital e outro em Cametá. “Foi deputado provincial por várias vezes, deputado geral e senador do Império e administrou sua província por três vezes, como vice-presidente. A principio militou sob as fileiras do partido liberal, sustentando como influência legitima o conselheiro Bernardo de Souza Franco em sua candidatura á câmara vitalícia; depois, passando para as fileiras contrárias, foi delas chefe e contraiu inimigos que jamais deixaram de agredi-lo” (BLAKE, Sacramento, vol. VI).

<sup>40</sup> *A Constituição*, 11/6/1883 (Assembléia Provincial do Pará, sessão de 3/4/1883).

Um ofício do cônego Sebastião Borges de Castilho ao Presidente do Pará, Bandeira de Mello Filho, revela como esse embate se dava no cotidiano escolar. O cônego se apressou em socorrer o vigário de Mocajuba, que lhe escreveu dizendo-se surpreendido com a proibição do delegado literário de explicar o Catecismo da Doutrina Cristã na escola da Paróquia, conforme a orientação da Diocese, atividade que exercia todos os sábados e quartas-feiras. O Vigário Geral e Governador no Bispado imediatamente encaminhou o seguinte ofício ao presidente:

Tendo recebido do Rdo Vigario de Mocajuba officio que tenho a honra de enviar por copia a V.Ea no qual me expõem o dito Parocho o embaraço que acha em continuar a leccionar o Cathecismo na escola daquela Parochia; e sendo este um dos principaes deveres dos Parochos bastantes recommendados pelas leis da Igreja, no cumprimento de qual o Exm Srnr Bispo Diocesano muito se empenha, rogo a Vexa que se digne mandar que pela Directoria geral da Instrução Publica se permitta áquelle parocho ensinar o Cathecismo não só numa mais ainda em todas as escola da sua Parochia.”<sup>41</sup>

O ofício mostra que o bispo Macedo Costa não descuidava da orientação ao clero de sua Diocese na importância da atuação catequética nas escolas públicas da província. Garantido por lei, o ensino do catecismo encontrava opositores entre professores e delegados literários, levando a Igreja paraense a recorrer à coerção do Estado.

Nas discussões calorosas do citado projeto de reforma da instrução pública (nº 1.547), o jornal da Diocese, *A Boa Nova*, condena a união entre a *politicagem* e a *maçonaria ou a impiedade*, estas últimas tratadas como sinônimos:

E o espirito da politicagem de um lado, e o espirito maçonico ou da impiedade, do outro lado, uniram-se, deram-se as mãos, para darem combate, contra o Projecto de Reforma que ahi apparecia, traduzindo uma bôa intensão pelo menos.<sup>42</sup>

No rodízio de críticas entre liberais e conservadoras, a imprensa liberal se dedicava a denunciar os desmandos do governo conservador e vice-versa. Além dos casos de favorecimento político na ocupação dos cargos públicos, o jornal, no período em que os conservadores retomaram o poder, denunciou a proteção aos conterrâneos do cônego José Lourenço da Costa Aguiar, pois vários cargos estariam sendo preenchidos por cearenses, e não poupa críticas à influência do cônego Manoel José de Siqueira Mendes nos atos do governo.<sup>43</sup> Dois meses depois, o jornal

<sup>41</sup> Ofício do cônego Sebastião Borges de Castilho, Vigário Geral e Governador no Bispado ao Presidente da Província Bandeira de Mello Filho, 12/3/1877. O ofício do vigário ao cônego é de 7/3/1877. O despacho do presidente foi favorável à solicitação do cônego. (Arquivo Público do Pará).

<sup>42</sup> *A Boa Nova*, 15/4/1883.

<sup>43</sup> *A Província do Pará*, 25 e 29/9/1885.

Nascido na cidade de Sobral, Ceará, em 1847, **José Lourenço da Costa Aguiar** era presbítero secular, doutor pela universidade de Santa Apolônia e membro da Academia pontificia dos nobres. Foi vigário no Amazonas e no Pará, que o elegeu deputado em suas assembléias e também à Assembléia Geral na última legislatura da monarquia. Foi um dos colaboradores d'*A Boa Nova*, jornal da Diocese do Pará e, em 1894, sagrado Bispo do Amazonas. (BLAKE, Sacramento, vol. V). Agnello Bittencourt (1973, p.112) o define como um homem

combateu os supostos interesses eleitorais de Costa Aguiar, retratado como o “novo pescador... de votos, não de almas” – o “padre cura-candidato” que, em “excursão eleitoral” pelo rio Arary, estaria mais preocupado em perseguir eleitores do que em arrebanhar almas para a devoção cristã.<sup>44</sup>

Afora os ataques diretos, *A Província do Pará* cedeu espaço para denúncias de terceiros, como a do ex-secretário da instrução pública, que veio à imprensa acusar o “cura Aguiar” de substituí-lo por um primo seu e a colocação de irmãos, parentes e *retirantes* nos principais cargos públicos.<sup>45</sup>

O termo *retirante*, ironicamente utilizado para denominar os amigos e conterrâneos do cônego Aguiar, indica a nomeação de cearenses para a administração pública. De forma sarcástica, a seção de “solicitados” publicara um artigo intitulado, em letras destacadas, *o cura navalhada*, referindo-se à interferência de José Lourenço Aguiar nas demissões e nomeações públicas.<sup>46</sup> A concepção da inferioridade social manifestada pelas elites da capital em relação aos cearenses pobres que assolavam a região, fugidos da seca, é bem exemplificada por um incidente ocorrido no Liceu de Belém, colégio secundário público, freqüentado, em parte, por estudantes que possuíam condições de ingressar no ensino superior ou ocupar cargos administrativos de melhor posição. Apresentou-se no Liceu um cearense, em “mangas de camisa”, para exercer o cargo de inspetor de alunos, causando indignação nos estudantes, os quais quebraram grande parte das vidraças do edifício. A reação dos alunos seria normalmente taxada de baderna, mas, em se tratando de um ato cujas supostas conotações políticas iam de encontro às convicções partidárias do jornal, foi interpretada como “indignação” pelo editorial denominado de “Reação da Amazonia III”.<sup>47</sup> A divulgação e a interpretação dadas ao evento denotam, ainda, os conflitos gerados pelas intervenções de um representante da Diocese na instituição pública.

Ao final da década de 1880, o Amazonas também teve um religioso como figura de destaque na administração e na instrução públicas, pelos cargos que acumulou e, controversa, pelas críticas que suscitou entre seus opositores políticos. O cônego amazonense, Raymundo Amancio de Miranda, como outros religiosos de seu tempo, conciliou o exercício de cargos eclesiásticos e públicos, nas cidades de Belém e Manaus.<sup>48</sup> Amancio de Miranda iniciou sua trajetória no

---

Erudito conhecedor do *nheengatu* ou tupi do norte, tendo vertido para este idioma as principais doutrinas do credo cristão, na obra “Christu Muhençaúa” (“Doutrina Crista”, 1898).

<sup>44</sup> *A Província do Pará*, 10/12/1885.

<sup>45</sup> *A Província do Pará*, 3/11/1885.

<sup>46</sup> *A Província do Pará*, 6/10/1885.

<sup>47</sup> *Idem*.

<sup>48</sup> **Raymundo Amancio de Miranda** nasceu em 1848 e cursou teologia no seminário de S. Sulpício na França. Era cônego honorário da Sé do Pará, vigário da freguesia de Nazareth da cidade de Belém e monsenhor camareiro secreto extranumerário do papa Leão XIII. Exerceu por algum tempo o cargo de Governador do Bispado do Pará e outras funções no magistério. Foi um importante colaborador

magistério na cidade de Belém, em instituições religiosas, como lente de moral do seminário de Belém, e em instituições públicas, como capelão do colégio do Amparo para meninas desvalidas e professor de religião da Escola Normal. Sem esquecer a sua atuação controvertida na Comissão de Instrução Pública da Assembléia Paraense, retratada pela imprensa liberal. No Amazonas, foi reitor do seminário de Manaus, Vigário Geral do Alto-Amazonas, diretor geral dos índios, vice-presidente da Província por duas vezes em 1888 e diretor geral de instrução pública.<sup>49</sup> O cônego Amancio de Miranda, então Vigário Geral da Província, dirigia o Instituto Amazonense de Educandos Artífices quando fora convidado para ocupar a direção da instrução pública, em 1887. O sacerdote assumiu também o cargo de vice-presidente do Amazonas por um curto período, em 1888, quando *A Província do Pará* denunciou uma série de atos de sua administração, como remoções e nomeações apressadas.<sup>50</sup> Sua atuação é retratada na imprensa liberal e nos relatórios posteriores à sua saída da função de diretor da instrução, destituído a bem da moralidade pública, de forma extremamente crítica. Ao apagar das luzes do Império, a educação pública era palco privilegiado das lutas entre representantes de grupos políticos divergentes e da Igreja local.

Como nos alerta Karla Martins<sup>51</sup>, faz-se necessário evitar cair na armadilha da análise bipolar, separando conservadores e ultramontanos, de um lado, e liberais comprometidos com a secularização e modernização da sociedade, de outro lado, sem considerar as interseções e mediações entre esses grupos. Seu estudo mostra, com ampla base documental, que esses embates eram apresentados através de oposições como um recurso discursivo, que no cotidiano, na experiência dos sujeitos, não eram tão distanciados, já que, sob o regime do padroado, o sagrado e o profano conviviam. Espaços sagrados foram utilizados para fins profanos, como os comitês eleitorais nas Igrejas da região, que também acolheram, em seu interior, o ensino público até depois da metade do século XIX. Entretanto, como a associação entre magistério e sacerdócio não raro era evocada, a atividade da instrução pública no espaço sagrado não feria os princípios religiosos.

Com raras exceções já citadas, a atuação de D. Macedo Costa na Diocese do Pará é tratada de forma tangencial pela historiografia, que geralmente desconsidera a importância desse bispo para uma análise das tensões e os embates entre Igreja e Estado imperial, para além do conflito gerado pela questão religiosa. As reações dos religiosos alinhados à Diocese aos ataques dos liberais contra o poder da Igreja apontam para as lutas que serão travadas, por alguns grupos urbanos, em prol da secularização da sociedade brasileira, durante as primeiras décadas republicanas. Os

---

*d'A Boa Nova*, jornal católico do Pará, no período da questão religiosa. (BLAKE, Sacramento, vol. VII).

<sup>49</sup> RPAM, 10/1/1887, p.14. O relatório citado é de junho de 1889 (RPAM, 2/6/1889).

<sup>50</sup> *A Província do Pará* (20/7/1888).

<sup>51</sup> Op. cit., 2005.



embates entre o poder religioso e o poder civil, entre o sagrado e o profano, a ciência e a fé, a cristianização e a secularização da sociedade, o ensino laico e o ensino religioso seguirão, com as devidas atualizações, mobilizando diversos setores da sociedade brasileira após o advento da República.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AZZI, Riolando. *O altar unido ao trono: um projeto conservador*. São Paulo: Paulinas, 1992.
- BITTENCOURT, Agnello. *Dicionário amazonense de biografias*. Rio de Janeiro: Artenova, 1969.
- BITTENCOURT, Agnello. *Dicionário Amazonense de Biografias: vultos do passado*. Rio de Janeiro: Conquista, 1973. (Academia Amazonense, 4).
- BLAKE, Sacramento. *Diccionario bibliographico brasileiro*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1895.
- DAOU, Ana Maria. *A cidade, o teatro e o “paiz das seringueiras”: práticas e representações da sociedade amazonense na virada do século XIX*. Rio de Janeiro, 1998, 2V. Tese (Doutorado em Antropologia) - Programa de pós-graduação em Antropologia Social, Museu Nacional/UFRJ.
- RAMOS, D. Alberto Gaudêncio. *Cronologia eclesiástica da Amazônia*. Manaus, 1952.
- GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela Inquisição*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- LUSTOSA, Antonio de Almeida. *Dom Macedo Costa: Bispo do Pará*. Rio de Janeiro: Cruzada da Boa Imprensa, 1939.
- MARTINS, Karla Denise. *O Sol e a Lua em tempo de eclipse: a reforma católica e as questões políticas na Província do Grão-Pará (1863-1878)*. Campinas, SP, 2001. Dissertação (Mestrado em História) – IFCH/UNICAMP.
- MARTINS, Karla Denise. *Cristóforo e romanização do inferno verde: as propostas de D. Macedo Costa para a civilização da Amazônia (1860-1890)*. Tese (Doutorado em História). Campinas, SP: IFCH-UNICAMP, 2005.
- MAUÉS, Raymundo Heraldo. As atribuições de um doutor eclesiástico na Amazônia na passagem do século XIX ou como a política mexe com a igreja católica. In: MARIN, Rosa Acevedo (org.). *A escrita da história paraense*. Belém: NAEA/UFPA, 1998.
- NEVES, Fernando Arthur. Partido Católico no Pará: o Partido de Deus na secularidade. In: MARIN, Rosa Acevedo (Org.). *A escrita da história paraense*. Belém: NAEA/UFPA, 1998.
- RIZZINI, Irma. *A politicagem na instrução pública da Amazônia Imperial: combates à política d’aldeia*. *Revista Brasileira de História da Educação*, n.10, dez. 2005.
- RIZZINI, Irma. *O cidadão polido e o selvagem bruto: a educação dos meninos desvalidos na Amazônia Imperial*. Rio de Janeiro, 2004. Tese (Doutorado em História) - UFRJ/IFCS/PPGHIS.
- RIZZINI, Irma. Professores públicos sob o olhar vigilante dos pais: manifestações da imprensa paraense (1876-1888). *VI Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação*. Uberlândia: UFU, 2006.

- SAMPAIO, Patrícia Maria Melo. *Os fios de Ariadne: tipologia de fortunas e hierarquias sociais em Manaus: 1840-1880*. Manaus: Editora da Universidade do Amazonas, 1997.
- SILVA, Marilene Corrêa da. *O paiz do Amazonas*. Manaus: Universidade do Amazonas, 1996.
- SIQUEIRA, Elizabeth, 2002. Pe. Ernesto Camilo Barreto e sua contribuição na modernização do cenário educacional de Mato Grosso (séc. XIX). Natal: *II Congresso Brasileiro de História da Educação*, 2002.
- VINCENT, Guy; LAHIRE, Bernard; THIN, Daniel. Sobre a história e a teoria da forma escolar. *Educação em Revista*, Belo Horizonte, n. 33, p. 7-47, 2001.

### **Fontes primárias impressas**

- AMAZONAS. Relatórios dos Presidentes de Província, dos Diretores da Instrução Pública, 1852-1889.
- COSTA, Antonio de Macedo. **A Amazonia**: meio de desenvolver a sua civilização. Conferencia recitada em Manaus, no Paço da Assembléa Provincial, perante o Exmo Sr. Presidente da Província e grande número de pessoas gradas, no dia 21/3/1883.<sup>3ª</sup> ed., Rio de Janeiro: Typ. de G. Leuzinger & Filhos, 1884.
- COSTA, Antonio de Macedo. *Compendio de Civilidade Christã oferecido ás famílias e ás escolas brasileiras*. S.l., Braine-Le-Comte, 1880.
- COSTA, Antonio de Macedo. *Discurso pronunciado pelo Excellentissimo Senhor D. Antonio de Macedo Costa, Bispo do Pará, na solenne Inauguração da Bibliotheca Publica fundada na mesma Província no dia 25 de março de 1871*. Pará: Typ. do “Diario do Gram-Pará, 1871. 16p. (Ed. fac-similada da Academia Paraense de Letras, 1978?)
- DIAS, Antonio Gonçalves. Documento n.1 do RPAM, 3/5/1861. (Relatório da inspeção das escolas públicas do rio Solimões, Amazonas).
- DIAS, Antonio Gonçalves. Instrução pública em diversas províncias do Norte. Rio de Janeiro, 29 de julho de 1852. In: ALMEIDA, José Ricardo de. *História da instrução pública no Brasil (1500-1889): história e legislação*. São Paulo: EDUC; Brasília: INEP, MEC, 1989.
- PARÁ. Relatórios dos Presidentes de Província, dos Diretores da Instrução Pública, 1840-1889.
- RODRIGUES, João Barbosa. *Pacificação dos Crichanás*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1885.

### **Periódicos**

- A BOA NOVA, Belém: Typ.da Estrella do Norte; Typ. da Boa Nova, 1873 e 1883.
- A CONSTITUIÇÃO. Órgão do Partido Conservador. Belém: Typ. da Constituição, 1883
- A PROVÍNCIA DO PARÁ. Belém: Typ. do Futuro, 1885, 1888.
- O LIBERAL DO PARÁ. Órgão do Partido Liberal. Belém: Typ. do Jornal do Pará, Typ. do Liberal do Pará, 1883.
- A ESTRELLA DO AMAZONAS. Barra do Rio Negro (Manaus): Typ. de M. da S. Ramos, 1852, 1858.

### **Manuscritos**

Arquivo Público do Pará

DIOCESE DO PARÁ. Correspondência da Diocese do Pará com a Presidência do Pará, 1875 a 1878, 1880 a 1889.

Arquivo Nacional

AMAZONAS. Ofícios enviados ao Ministério do Império pela Presidência da Província, 1852-1889.

DIOCESE DO PARÁ. Correspondência do Bispo do Pará, D. Antonio de Macedo Costa, com o Ministério do Império, 1861-1887.

Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro

Coleção Manoel Barata:

Relações e mapas referentes às Escolas Públicas do Pará, 1850.

Relatório do diretor da instrução pública do Pará, 20/12/1858.

**Siglas**

RPAM – Relatório da Presidência da Província do Amazonas

RPPA – Relatório da Presidência da Província do Pará